

Aspectos da Educação Profissional no Brasil e as estratégias de ensino-aprendizagem como diferencial na formação profissional

Ariela Fernanda Polido

Senac São Paulo – Unidade: Jaboticabal - SP
ariela.fpolido@sp.senac.br

Flávio Luís Consolo

CETEC - Centro Educacional Técnico – Catanduva – SP
flavioluisconolo@gmail.com

Resumo

This work rescues the main aspects of Vocational Education History in Brazil and addresses the context of the Law of Directives and Bases of National Education and the National Catalogue of Technical Courses considered of great importance to vocational training and as articulated teaching-learning strategies through the action of the teacher in the classroom collaborate to develop technical skills and more coherent human formation with this new professional scenario ruled on the principle of learning to learn and that seeks to develop students' skills that provide them autonomy to act, to seek new and knowledge to manage their own development process.

Palavras chave: educação profissional, estratégias de ensino-aprendizagem e formação profissional.

Introdução

Com o advento da era industrial e as grandes transformações nos aspectos econômicos e técnicas produtivas, o trabalho passa a ser assalariado, dependente e controlado pelo sistema capitalista e neste contexto a educação profissional no Brasil decorre da necessidade em preparar profissionais para atuar nas mais diversas áreas de formação. Assim a educação básica e a educação profissional necessitam de uma nova proposta que vá além do preparo do profissional que executa técnicas de trabalho, mas que esteja inserido em uma nova proposta curricular pautadas nas Leis de Diretrizes e Bases, que atuem no desenvolvimento de competências profissionais e atendam as necessidades do novo perfil profissional. As novas exigências do mercado de trabalho e o novo perfil para atuação demandam por profissionais que atendem as necessidades das organizações, e que sejam capazes de inovar, adquirir e construir conhecimentos, fundamentado em conhecimentos científicos e tecnológicos, aprendendo a conhecer, viver, conviver, agir e transformar sua vida e sua prática social, e a participar da sua comunidade. Neste novo cenário as estratégias de ensino-aprendizagem também se diferem do modelo tradicional na qual o aluno recebe o conhecimento “pronto”, nesta nova metodologia ele passa a ser protagonista na construção do seu conhecimento e o professor intervém através da mediação e orientação nesse processo de aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Aspectos da Educação Profissional no Brasil

Como dados históricos o Brasil descreve vários registros nos anos de 1800 referente à educação profissional marcada pelo modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que auxiliavam na formação do cidadão para o desenvolvimento dos ofícios tais como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Em 1808, D. João VI criou o Colégio das Fábricas, também chamado de Casa do Antigo Guindaste, o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, cujo objetivo era atender à educação dos artistas, manufatureiros e aprendizes vindos de Portugal. Ao final de 1889, o país contava com seiscentos e trinta e seis fábricas instaladas e o número de aproximadamente 54 mil trabalhadores, sendo que neste período a economia era marcada pela fase agrária exportadora e as relações trabalhistas rurais advindos do período pré-capitalista. Através do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha iniciava no Brasil as escolas profissionais oficiais, criando cinco escolas localizadas nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói, Paraíba do Sul e Resende, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e as duas últimas à aprendizagem agrícola. Em 1909, o então Presidente da República Nilo Peçanha, sancionou o Decreto Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituía oficialmente o ensino de educação profissional no Brasil. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, situadas em diferentes unidades federativas. Em 1919 a constituição desse sistema assumiu contornos mais nítidos com a incorporação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, destinados a formar professores para as Escolas de Aprendizes e Artífices. Em 1924, iniciou-se o ensino de ofícios para ferrovias, com a criação da Escola Profissional Mecânica, resultante de acordo entre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, a Estrada de Ferro Sorocabana, a São Paulo Railway, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, através deste acordo cada empresa enviava dois aprendizes para frequentar o curso que tinha a duração de quatro anos. Em 1927, o Congresso Nacional, sancionou o Projeto de Fidélis Reis que previa a expansão do ensino profissional no país incluindo em seu público alvo, pobres e ricos. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Já em 1934 essa Inspeção foi

transformada, em Superintendência do Ensino Profissional. A constituição de 1937 mencionava as escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, destinados a atender as classes menos favorecidas proporcionando a formação educacional, juntamente com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, de acordo com suas especialidades e ramo de atuação, criar escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados para o preparo profissional. Segundo Santos (2010), o ano de 1942 foi marcado pelas iniciativas do então ministro da Educação, Gustavo Capanema, que começou a modificar alguns ramos de ensino. Essas reformas, nomeadas Leis Orgânicas do ensino, têm indiscutível valor na história do ensino profissional. Entre os decretos lei postos em execução no período, destacamos o de nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Com a modalidade de educação profissional implantada, só era possível o acesso ao ramo profissional correspondente, inviabilizando, assim, a flexibilização entre o ensino profissional e o ensino secundário. Em 25 de fevereiro de 1942, o Decreto nº 4.127 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional de ensino secundário com equivalência para que os alunos formados nos cursos técnicos pudessem dar continuidade nos estudos e ingressar no ensino superior em área correlata à da sua formação. Em 10 de janeiro de 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), pelo decreto lei nº 8.621, dirigido pela Confederação Nacional do Comércio. Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. Nos anos 90 surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) estendido ao setor agrícola e logo em seguida em 1993 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Desta forma todos reunidos, formam o chamado Sistema S de formação e qualificação de capital humano. Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro. O Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1996. O primeiro esboço da proposta da nova LDB de um debate que envolveu a Câmara e toda a sociedade civil, composto por várias entidades sindicais, estudantis e de organizações educacionais, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Segundo Santos (2010), é evidente que se visava à implantação de um Sistema Nacional de Educação. Em relação à Educação Profissional, vista como pilar deste processo a longo prazo, dá autonomia para a elaboração e organização dos currículos de suas ofertas dos cursos técnico, pautados nas referências das Diretrizes Curriculares Nacionais, que devem considerar seus respectivos projetos pedagógicos e as peculiaridades regionais. A nova LDB apresenta um novo paradigma para a educação profissional, pois deve preparar o cidadão e participar do seu desenvolvimento integrando os diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, conforme descrito no artigo 39. A Educação Profissional, tratada em capítulo especial, os níveis de ensino com seus respectivos objetivos,

são três, a saber: o Básico, o Técnico e o Tecnológico. (Brasil, 1996). Nesse sentido, o instrumento regulamentador dos artigos da Lei de Diretrizes que tratam da preparação para o exercício das profissões técnicas (§2º do art. 36 e art. 39 a 42), instituído em 1997, Decreto nº 2.208/97, estabelece em seu Art. 5º que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Na regulamentação dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso a educação profissional é estabelecida como etapa formativa própria (BRASIL, 1997). O Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, instituído no Governo de Luis Inácio Lula da Silva mantém-se a educação profissional como etapa formativa própria, contudo, no nível médio, abre-se a possibilidade à oferta integrada entre profissional e ensino médio. A educação profissional de nível técnico, conforme prevê o Art. 8º, § 1º do Decreto 2.208/97, teria os currículos estruturados em disciplinas, com a possibilidade de agrupamento sob a forma de módulos, que para efeito de qualificação profissional poderiam assumir caráter de terminalidade dando direito a certificado de qualificação profissional ao final de cada módulo, o que facilitava a inserção ou reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho. Em 2008, tivemos significativa mudança na LDB com a Lei nº 11.741/08. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi inserida no capítulo da educação básica. Através da Lei nº 11.741, a educação profissional técnica de nível médio passaria a constituir modalidade de ensino médio (seção IV-A da LDB) (BRASIL, 2008), facultando a este grau de ensino a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas. A legislação em vigor no Brasil desenha o novo paradigma da educação profissional e tecnológica que contribuem para organizar os currículos e a oferta de cursos técnicos, que estejam integrados através das referências das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino aprendizagem estão a serviço da construção de conhecimento, permitindo tratar o desenvolvimento de uma competência constituída pela articulação de conhecimentos, habilidades e valores de forma significativa na proposição de situações de aprendizagem. Desta forma Mizukami (2001) contextualiza que ensinar consiste, assim num arranjo e planejamento de contingência de reforço sob as quais os estudantes aprendem e é de responsabilidade do professor assegurar a aquisição do comportamento. Para que o aluno desencadeie o processo de protagonista no seu papel de ensino-aprendizagem, não basta que o mesmo se encontre frente a conteúdos para aprender, é necessário que ele seja desafiado a atualizar seus esquemas de conhecimento, compará-los com o que é novo, identificar semelhanças e diferenças e integrá-las a sua realidade de forma significativa. Também é necessária a compreensão do que ensinar seja um elemento fundamental nesse processo. Na realidade da sala de aula, pode ocorrer a compreensão, ou não, do conteúdo pretendido, a adesão, ou não, a formas de pensamento mais evoluídas, a mobilização, ou não, para outras ações de estudo e de aprendizagem. Assim ensinar contém, em si, duas dimensões: uma utilização intencional e uma de resultado, ou seja, a intenção de ensinar e a efetivação dessa meta pretendida. Para ser conduzida segundo o princípio pedagógico do aprender a aprender, a educação deverá ser eminentemente prática e dinâmica, criando situações para que os alunos possam reconhecer suas próprias capacidades, as características dos outros e os desafios e tendências da realidade. O princípio do aprender a aprender fundamenta-se na pedagogia construtivista, segundo a qual os alunos elaboram reflexões e consolidam conceitos a partir de um relacionamento ativo e significativo com os objetos do conhecimento. Esta perspectiva nos faz pensar que uma boa educação não se define apenas por uma relação de conteúdos que os alunos devam assimilar, mas também, e prioritariamente, por competências que se espera possam vir a desenvolver. Assim, as competências básicas envolvem simultaneamente

aspectos cognitivos, afetivos e éticos. Na verdade, estas competências se assentam em qualidades fundamentais da pessoa humana (e que não dependem apenas da sua escolarização) tais como a capacidade de perceber corretamente a si próprio, de ouvir e se expressar, de agir com integridade e entre outros. Entende-se por competência a capacidade de agir eficazmente numa determinada situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles, ou seja, o conhecimento é importante, mas também a prática, a contínua vivência também deve estar presente. À luz deste entendimento Fonseca (1998), compreende que a aprendizagem é uma condição necessária para o desenvolvimento qualitativo global do indivíduo, desde as funções reflexas mais elementares aos processos superiores, do reflexo à reflexão. Neste contexto, Pozo (2002) destaca uma ideia comum a todas as teorias da aprendizagem humana, sejam associativas ou construtivas, é que aprender implica mudar os conhecimentos e os comportamentos anteriores. A aprendizagem é assim entendida como mudança de comportamento provocada pela experiência de outro ser humano e não meramente pela experiência própria e prática em si, ou pela repetição ou associação automática de estímulos e respostas, também é possível pela ação de um mediador que se interpõe entre os estímulos e o organismo para captar da mente do aprendiz as significações interiorizadas que advêm da própria experiência de aprendizagem, para provocar nele a busca pelo conhecimento e a interação com o ambiente que proporcione a construção da aprendizagem. As estratégias de ensino-aprendizagem são processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema, um caso, ou construir e executar um projeto. É um processo que estimula a autoaprendizagem e facilita a educação continuada porque desperta a curiosidade do aluno e, ao mesmo tempo, oferece meios para que possa desenvolver capacidade de análise de situações e apresentar soluções em consonância com o perfil psicossocial da comunidade na qual está inserido. O aluno passa a ter autonomia e responsabilidade pela própria aprendizagem, por meio de identificação e análise de situações reais de atuação profissional, da capacidade de elaborar questões e procurar informações para ampliá-las e respondê-las. Com esta nova postura pessoal, os alunos devem adquirir a capacidade de formular, analisar e solucionar questões relevantes da vida profissional. Estes processos são apoiados pelas estratégias de ensino-aprendizagem, que se referem aos meios utilizados pelo professor na articulação e desenvolvimento do processo de ensino.

Objetivos Específicos

A partir deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever a importância das estratégias de ensino-aprendizagem aplicada pelo docente em sala de aula na articulação do conhecimento para estimular o processo de aprendizagem dos alunos.

Metodologia

Neste trabalho utilizou-se as estratégias de ensino-aprendizagem baseadas em situações reais de trabalho, através de estudo de caso, pesquisas e soluções de problemas que foram aplicadas no decorrer do Módulo II - Assistente Administrativo do Curso Técnico em Recursos Humanos de uma instituição de ensino localizada no interior de São Paulo. Os sujeitos da pesquisa foram 30 alunos de ambos os sexos, do ano de 2012.

Resultados e Discussão

Nesta etapa apresentou os caminhos metodológicos percorridos, os procedimentos utilizados e as estratégias de ensino-aprendizagem que fundamentaram as ações desenvolvidas em sala de aula, permitindo assim diversificar as formas de ensinar que auxiliaram nas análises e que

proporcionam aplicar as diferentes técnicas contribuindo para melhorar o processo de aprendizagem vivenciado pelo aluno. A avaliação foi definida através dos dados coletados a partir de questionário respondido pelos alunos e os resultados organizados em quadros-síntese o que evidenciou o planejamento e domínio de técnicas diversificadas, resultando em aulas mais flexíveis, interessantes e motivadoras que auxiliaram no desenvolvimento das competências.

Conclusões

Concluimos que para uma formação profissional que se dispõe a atender as necessidades do mundo do trabalho que busca desenvolver no profissional a flexibilidade para múltiplas funções e não a formação pela qualificação padrão anteriormente denominada como preparação para o trabalho, dentre as quais destacamos: autonomia, proatividade e iniciativa, capacidade de cooperação e trabalho em equipe, visão crítica e de conjunto, capacidade de identificar e resolver problemas, adaptação ao mundo corporativo e flexibilidade, respeitar o próximo, saber ouvir o colega, ter espírito de cooperação, honestidade e confiança para que seja possível a realização de um trabalho eficaz de qualidade. Faz-se necessário a utilização de estratégias de ensino-aprendizagem que possa fomentar as diversas formas de ensinar articuladas através da atuação do professor em sala de aula na perspectiva de se promover ativamente a aprendizagem do aluno.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos aos nossos pais, pelo apoio e incentivo ao decorrer da elaboração deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 787, de 11 de setembro de 1906.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 4.048, de 22 de janeiro de 1942.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 8.621, de 10 de janeiro de 1946.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 6.545, de 30 de junho de 1978.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 8.948, de 08 de dezembro de 1994.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 5840, de 13 de julho de 2006.
- BRASIL. Lei nº. 11.741, de 16 de julho de 2008.
- FONSECA, Vitor da. **Aprender a Aprender: a educabilidade cognitiva**. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1998.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 2001.
- POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 2002.
- SANTOS, Jurandir dos. **Educação profissional & práticas de avaliação**. Editora Senac São Paulo, 2010.